



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)  
PARECER**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI Nº 5.239, DE 2025.  
PODER EXECUTIVO**

**Protocolo:** 12/03/2025.

**Matéria:** Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 537.764,73.

**Relator:** Ver. Celso Brito - MDB.

**I. RELATÓRIO:** Nos termos regimentais, foi direcionado a Comissão Permanente competente para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 5.239, de 2025, que objetiva a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 537.764,73( Quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos).

É sucinto o relatório. Passamos a análise.

**II. ANÁLISE:** Com efeito, o presente Projeto visa a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 537.764,73 (Quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais setenta e três centavos), tendo por finalidade adequar o orçamento da Secretaria para suplementação por superávit, para contratação de empresa para realização de pavimentação com paralelepípedos, a ser executado em ruas discriminadas na Exposição de motivos que acompanha este projeto de lei, juntamente com os respectivos recursos. Nota-se que a matéria está dentro do espectro da atuação legiferante do Poder Executivo, de modo que se reputa adequadamente exercida a iniciativa. Ainda, a espécie legislativa eleita, Projeto de Lei, denota harmonia com as disposições regimentais de regência. À vista disso, **a proposição compreende os requisitos necessários para a abertura de Crédito Adicional Especial, uma vez apontada a rubrica orçamentária juntamente com o plano de aplicação, estando sob o respaldo do inciso II, do art. 41, e do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei nº 4.320, de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro. Isto posto, opina-se pela viabilidade do Projeto de Lei nº 5.239 de 2025.**

**III. VOTO DO RELATOR DA MATÉRIA:** Com fundamento nas considerações precedentes deste Parecer, vota-se pela apreciação do Projeto de Lei nº 5.239, de 2025, em Plenário, após análise das Comissões, tendo em vista que se encontra de acordo com as disposições legais aplicáveis, não padecendo de vício de inconstitucionalidade ou mesmo ilegalidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL**

Caçapava do Sul/RS, 21 de março de 2025.

---

**Ver. Celso Brito - MDB**

Relator da CLJRF

**IV. PARECER DA COMISSÃO:** Diante dos fundamentos legais e constitucionais expostos, a Comissão reunida no dia 19/03/2025, pelo voto dos presentes abaixo assinados, acompanham por unanimidade o VOTO FAVORÁVEL do relator da matéria posta ao Projeto de Lei nº 5.239, de 2025.

Caçapava do Sul/RS, 21 de março de 2025.

**Ver. Ricardo Rosso - PP**

Suplente do Vereador Caio Oliveira – Presidente da CLJRF

**Celso Brito - MDB**

Vice-Presidente/Relator da CLJRF

**Jussarete Vargas - PDT**

Membro da CLJRF

**Presidente: Caio Oliveira (Progressistas)**

**VOTO: AUSENTE**

**Relator: Celso Brito (MDB)**

**VOTO: FAVORÁVEL**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL**

**Membro: Jussarete Vargas Dias (PDT)**

**VOTO: FAVORÁVEL**

**Suplente: Caio Casanova (PDT)**

**VOTO: NÃO REGISTRADO**

**Suplente: Thiago Freitas (PSB)**

**VOTO: NÃO REGISTRADO**

**Suplente: Ricardo Rosso (Progressistas)**

**VOTO: FAVORÁVEL**

